

PSICANÁLISE E MEIO AMBIENTE: UM ENSAIO SOBRE A CRISE AMBIENTAL A PARTIR DA RELAÇÃO DO EU COM O MUNDO EXTERNO

Fábio Adriano de Queiroz¹, Manoel Deusdedit Júnior²

RESUMO

O presente artigo é uma revisão bibliográfica onde se realizou um estudo sobre a atual crise ambiental à luz da psicanálise freudiana, com foco na relação do *Eu* com o mundo externo. Para isso foi necessário um breve levantamento histórico das diversas conferências internacionais sobre o clima, dos programas e projetos políticos de redução dos danos causados pela ação humana e da organização dos movimentos sociais em defesa do planeta. Posto isso, busca-se aqui realizar uma análise psicanalítica acerca da relação do *Eu* com o mundo externo, para além da relação do princípio do prazer no contexto da emergente consciência ambiental.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Psicanálise.

ABSTRACT

This article is a bibliographic review where a study was carried out on the current environmental crisis in the light of Freudian psychoanalysis, focusing on the relationship between the Self and the external world. This required a brief historical survey of the various international climate conferences, political programs and projects to reduce the damage caused by human action and the organization of social movements in defense of the planet. That said, we seek here to carry out a psychoanalytic analysis about the relationship between the Self and the external world, in addition to the relationship between the pleasure principle in the context of the emerging environmental awareness.

Key words: Environment; Psychoanalysis

Recebido em 13/12/2020, aceito em 06/04/2021

¹Graduado em História pela Puc-Minas e Mestre em Ciências da Religião pela mesma instituição. Atualmente é a graduando em Psicologia pela Puc-Minas-Betim. fabiofaq@hotmail.com

²Doutor em Psicologia pela UFMG e professor adjunto do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

1 Introdução

A temática ambiental está presente em várias áreas do conhecimento, dentre as quais a economia, a sociologia, a filosofia, a teologia, a administração, a engenharia, a psicologia e outras, e com diversificadas abordagens e planos de ação no âmbito metodológico e epistemológico. Conforme Leff (2001b), o atual cenário de crise ambiental faz emergir reflexões entorno da racionalidade técnica e científica da modernidade.

O atual contexto tem contribuído para o crescimento de uma nova consciência, que na perspectiva sociológica, filosófica e até teológica contempla os aspectos ambiental, humano, cósmico e místico (PARKER, 2010). Destarte, ela faz com que o ser humano se coloque na condição de integrante do planeta e se posicione frente às graves situações que ameaçam a vida de tudo e de todos (OLIVEIRA, 2009b). A título de exemplo, os movimentos sociais têm atuado em defesa da vida da Terra porque estão respaldados por um conjunto de valores, resultantes de experiências que motivam suas ações (OLIVEIRA, 2009b).

Nesse sentido, conforme afirma Ianni (2001), há no entardecer do século XX, especificamente nos anos de 1970, o nascimento de uma consciência ecológica em nível global que para os ambientalistas e estudiosos das ciências humanas, é resultante das mudanças sentidas pela Terra. Assim sendo, muitos cientistas, políticos, ambientalistas, lideranças sociais e religiosas, além de muitos cidadãos do mundo, se despertam para a resolução dos problemas ambientais

O interesse pelo tema torna-se ainda mais atraente quando desafia a psicanálise a compor a mesa do “saber ambiental” (LEFF, 2001b). Uma vez edificada para tratar da atividade psíquica, sua inserção na discussão acerca da relação do ser humano com a natureza, além de somar-se a outras abordagens, mostra-se pertinente em razão das motivações e comportamentos que ainda levariam muitos de nós ao repetitivo ciclo viciante e degradante no âmbito da relação com o mundo externo. Assim, interessa-nos as considerações freudianas acerca das vicissitudes narcísicas e pulsionais para além do princípio do prazer nessa relação que tem se mostrado patológica. Não se trata da busca de uma resposta ou solução psicológica para a atual crise ambiental, mas de reconhecer a psicanálise como um instrumento importante no debate sobre o meio ambiente.

Cabe mencionar, entretanto, que a temática ambiental não é o foco do pensamento freudiano, primeiramente em razão do próprio contexto de sua época, em segundo pela ênfase dada ao campo da sexualidade; todavia, isso não impediu que Freud tratasse da relação do *Eu*

com o mundo externo como algo muito explícito em “O mal-estar na civilização”(FREUD, [1930], 2011), “Por que a guerra” (FREUD, [1933], 1976) e no manuscrito de 1931 sobre o presidente Thomas Woodrow Wilson (FREUD, [1966], 1984). Há nesses trabalhos um mergulho no campo da política, da cultura e do social com traços precisos de seu pensamento. Como lembra o próprio Freud:

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (FREUD, [1921], 2011, p. 91).

A abordagem freudiana é dialógica e não um pensamento estanque. Ela tece críticas ao ideal civilizatório do homem moderno e provoca reflexões para além do campo da sexualidade. Assim sendo, este artigo se lança ao desafio de abordar o tema da consciência ambiental, a partir de uma revisão bibliográfica, sobretudo calcada nos estudos de Freud, mesmo inteirados de que essa temática não tenha sido tratada pelo pai da psicanálise. O principal objetivo é estabelecer um diálogo entre a psicanálise e a questão ambiental, de tal maneira que se ampliem os horizontes de compreensão da atual crise ambiental. Possivelmente, compreender como a pulsão humana se lançou na empreitada de dominar a natureza, canalizar seus desejos ao âmbito do econômico, do tecnológico e científico, ignorando os limites da lei simbólica da relação do *Eu* com o planeta.

Este estudo constata a contemporaneidade do pensamento freudiano, com pertinentes provocações oriundas das novas nuances do psiquismo humano, mostrando, assim, a urgência de uma análise sobre as novas configurações da relação do *Eu* consigo mesmo, com o outro e com o mundo externo.

2 O contexto da consciência ambiental

A crise ambiental instaurada na modernidade se manifesta no século XXI por meio de sinais ameaçadores e crescentes para todos os que habitam o planeta. Ela é resultante da apropriação e codificação econômica dos recursos naturais e conseqüente agravamento das desigualdades sociais e conflitos nos quatro cantos do planeta.

Essa crise não é uma realidade apenas deste novo milênio: ela remonta a muitos séculos atrás. De acordo com Sirvinskas (2005, p. 23), “a crise ambiental surge entre a Idade Média e a Moderna, especialmente no período da Revolução Industrial, pois começaram as agressões à natureza(...)”. Principalmente com a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX,

presenciamos a utilização desenfreada de diversos recursos naturais. Contudo, a percepção global dessa realidade foi tardia, pois apenas a partir de 1970 é que governos e cientistas reconheceram as problemáticas geradas pelas mudanças globais. A crise ambiental aparece como um grande desafio neste século XXI e aponta para a urgência de novas formas de relações sociais de produção. Ela é uma crise da civilização contemporânea, pois coloca em dúvida os valores culturais, políticos e econômicos que garantiam certo bem estar à humanidade (BARCELLOS, 2008).

Em virtude dessa crise, presencia-se a emergência de um conjunto de valores abraçados pelos movimentos sociais ligados à preservação do planeta. Esses mesmos valores levam diversas pessoas a tomarem posição em favor da vida na Terra. De acordo com Oliveira (2009), vivenciamos um momento marcado por uma nova consciência, que vai além da consciência ecológica atrelada à ideia de preservação da fauna e da flora, da implementação de tecnologias direcionadas à recuperação ecológica, da redução de agrotóxicos nas lavouras e da elaboração de projetos de reflorestamento; ela envolve também uma concepção de mundo integrada ao sentimento de pertencimento social, cultural e simbólico, na participação coletiva de todos os povos e na capacidade de cada região se sustentar conforme seus específicos recursos naturais e suas condições climáticas, entrelaçando-se com a responsabilidade comum de cuidado com o planeta. A consciência ambiental coloca o ser humano como um membro entre outros na morada comum que é a Terra. Essa consciência vem dizer que o ser humano enquanto ser pensante se diferencia dos outros seres bióticos e abióticos; todavia, isso não lhe dá o direito de se colocar acima de tudo e de todos “a ponto de arrogar-se o direito de considerar os outros seres vivos como coisas das quais se dispõe à vontade” (OLIVEIRA, 2009, p.30).

De acordo com Enrique Leff³ (2001), o meio ambiente é todo o complexo de relações que envolve a vida com seus aspectos biológicos, físicos, termodinâmicos, culturais, sociais, políticos, econômicos numa dinâmica de apropriação, adaptação, confronto e constantes transformações. Assim, o meio ambiente não é o *locus* da dominação humana ou apenas o lugar habitat dos seres, mas o processo de relação do *Eu* consigo mesmo, com o outro e com o mundo externo, envolvendo o ar, a água, a terra, a cidade, o campo, a periferia, o trabalho, o transporte,

³ Enrique Leff Zimmerman é Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Sorbonne, França. É especialista nos estudos sobre Economia Política do Meio Ambiente, Educação Ambiental e Epistemologia ambiental. Foi coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e o Caribe, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. É pesquisador, professor e autor de diversas obras, dentre as quais destaca-se “Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. (2001)”. Nesse estudo Leff apresenta em um de seus capítulos uma breve abordagem sobre “Psicanálise e Saber Ambiental” tornando-se um instigante convite para nossa investigação. Por sua vasta experiência na pesquisa e publicação de obras sobre a temática ambiental, ele será mencionado com frequência em nossa monografia.

a arte, o esporte e as relações humanas (LEFF, 2001). O meio ambiente está intimamente atrelado à construção da subjetividade humana e sua identidade, principalmente em virtude do sentimento de pertença a um território (SANTOS, 2000).

Nesse sentido, no mesmo mundo em que se configura um contexto dominado pela racionalidade tecnológica, científica, teórica e instrumental, irrompem novas concepções e representações sobre o mundo que se configuraram em plurais formas de pensar e agir do ser humano em seu mundo, seja a favor da lógica do discurso da uniformização global, seja em sua oposição. Assim, o acelerado processo de degradação ambiental também tem suas raízes fincadas nas políticas neoliberais, no autoritarismo do Estado e na ineficiência das instituições públicas e privadas em garantir um mínimo de segurança, saneamento, emprego, moradia, saúde e educação (LEFF, 2001). Paradoxalmente, elabora-se uma consciência sobre a realidade, e que, por sua vez, termina repercutindo na vida social, cultural e política; portanto, grupos, entidades e movimentos sociais se organizam no intuito de garantir a própria sobrevivência salvando o planeta (IANNI, 2001).

Estes movimentos surgem dentro de uma nova cultura ecológica e democrática, colocando a necessidade de se criarem órgãos de representação dos diferentes grupos sociais e mecanismos efetivos para resolver seus interesses ambientais, muitas vezes contrapostos. (LEFF, 2009, p. 328)

Na atualidade, a temática ambiental vem sendo discutida a partir da emergência de grupos plurais, até mesmo antagônicos e contraditórios que diluem a possibilidade de agrupamento em torno de reivindicações comuns e de construção de políticas assertivas, refletindo de fato numa consciência a nível global unificada e com propostas ligadas a um desenvolvimento no âmbito da sustentabilidade. Afinal, a “sustentabilidade é o que se configura dentro de uma nova racionalidade social e produtiva” (LEFF, 2009, p.11).

Isso significa que a sustentabilidade tem a pretensão de ser determinante nos modos de produção, amparada por uma nova racionalidade econômica e ambiental que atenda às exigências do presente e garanta a sobrevivência das futuras gerações, por meio de atividades primordiais na edificação de sociedades sustentáveis com o mínimo de impacto negativo sobre a natureza. Para isso, caberia às instituições políticas com suas leis e políticas públicas adotarem práticas que conciliassem o desenvolvimento econômico com a preservação e solução dos problemas ambientais, incentivando projetos tecnológicos, economias solidárias, ações colaborativas e implantando leis que limitassem a expropriação dos recursos naturais (ALONSO, 2016).

A partir desse contexto, é preciso refletir sobre a real validade que a consciência ambiental possui na dinâmica do desenvolvimento econômico, tecnológico, social, cultural e científico da sociedade contemporânea. Os paradigmas econômicos instaurados desde a Revolução Industrial no século XVIII ainda são predominantes, e o desregulado processo de acumulação de produtos junto a mercantilização da natureza alimentam essa racionalidade produtiva predominante (LEFF, 2009). Soma-se a essa realidade os comportamentos individuais e coletivos que ainda apontam para uma lógica mercadológica de organização da sociedade. Paralelo a esse cenário, presenciaram-se atitudes, ainda soltas e pulverizadas, de grupos, movimentos, ONG's e comunidades que colocam em prática seus princípios e acreditam terem chances de transformação do atual modelo econômico (LEFF, 2009).

Acontece que, paralelo à unificação econômica do planeta nos anos 1990, emergiu a consciência ecológica desvelando uma nova aproximação entre ser humano e natureza, e colocando em relevo o seu papel provocador de responder aos dilemas e perspectivas da humanidade frente aos problemas ambientais, além de incentivar – ainda pequenas – ações provocadoras de sensibilização planetária (IANNI, 2001).

De acordo com Milton Santos (2000), o território – aqui reconhecido como o planeta – pode ser entendido como a morada das pessoas, a identidade e os fatos, o sentimento de pertencimento; nele se enraíza o sentimento de identidade coletiva em função dos vínculos estabelecidos com o meio ambiente. Todo esse sentimento de pertencimento ao seu meio tornou-se uma energia vital para uma consciência em nível global (BAPTISTA, 2009).

Assim, não é por acaso que nas últimas décadas, diversos países, por meio de fóruns ambientais, congressos, simpósios e conferências, tentaram uma conciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental. É inquestionável a constatação de uma pressão oriunda das massas populares, dos movimentos sociais, comunidades ribeirinhas e quilombolas, além de grupos ambientais e religiosos, explícito principalmente no Fórum Social Mundial. Toda essa realidade de fato contribuiu para o crescimento de uma nova consciência que se faz atualmente universal.

Em sua acepção sociológica, o conceito de consciência articula o autoconhecimento (quem somos), o conhecimento experiencial da realidade (o que é o mundo) e o critério ético para o agir transformador (em que aspecto esse mundo deve ser mudado) (OLIVEIRA, 2009b. p.30).

Trata-se de uma consciência que surge em função das mudanças bruscas sentidas pela Terra desde os últimos decênios do século XX e contempla o meio ambiente, o cosmos, as

fontes de energia e o sentido místico (PARKER, 2010). Ela faz com que o ser humano se coloque na condição de integrante do planeta e se posicione frente às graves situações que ameaçam a vida de tudo e de todos. Ademais, a consciência ambiental vai ao encontro de uma situação que começaram a se desenhar nos anos de 1970 a partir de importantes discussões e ganhou corpo em diversos documentos, com o propósito de orientar governos, povos, sociedades, instituições, ONG's e movimentos sociais em prol da vida no planeta.

Desde a Conferência de Estocolmo de 1972, à Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em 1977, passando pela Rio-92 até a Rio+10 em 2002, Rio+20 em 2012, e a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável em 2015, todas essas conferências estipularam acordos para a resolução da alarmante crise ambiental, o que também implicou pensar, conforme exposto por Enrique Leff⁴, numa “crise de civilização” (LEFF, 2003, p16) intimamente ligada aos valores de ordem tanto cultural, quanto filosófica, política e econômica. A crise ambiental não se refere apenas às catástrofes ambientais, mas à perda do sentido da existência do ser devido ao uso inescrupuloso do conhecimento, desde o advento da modernidade, para se apropriar dos recursos naturais de forma predatória (LEFF, 2003).

Neste contexto, quem apregoa uma ética ambiental se apresenta como uma força de oposição ao poder do Estado e dos modos de produção tradicionais. A ética ambiental aponta para um novo saber que possa dialogar com o lugar, o espaço ou território, e que não imponha do alto ou de fora as vontades de grupos com poderes políticos ou econômicos (PAIVA, 2009). A ética ambiental é o resultado de uma mudança que envolve diversos protagonistas que se sentem pertencentes ao mesmo mundo e se alinham na perspectiva da cooperação e do diálogo entre os diversos saberes, superando a disjunção cartesiana que encaixotou separadamente o que é físico, econômico, político e hoje ambiental. Assim, a ética corresponde com uma consciência ligada a novas atitudes de respeito à vida e que reconhece a incompletude e indeterminação de qualquer sociedade, reconhecendo o ser humano como aquele que sempre irá construir, desconstruir e reconstruir determinadas forma de organização, mas nunca impedindo que todos os seres vivos realizem a constante reflexão sobre os limites da intervenção humana na natureza (CARVALHO, 2000).

⁴ Enrique Leff é doutor em Economia do Desenvolvimento pela Sorbonne, foi coordenador da Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe do PNUD. Leff está à frente nos estudos da temática ambiental e as possibilidades de interdisciplinaridade com outras Ciências, com grande destaque na América Latina e no mundo. Dentre suas diversas obras destacam-se “Saber Ambiental” (2001), que será utilizada significativamente neste artigo.

Nessa perspectiva, presenciaram-se específicos grupos de pessoas que reclamam seu desejo e seu direito de participarem nos processos de tomada de decisão que afetam as condições e a qualidade de vida de todos os seres vivos. Surgem lideranças mobilizadoras e movimentos ambientais almejando novas utopias, apoiadas em princípios colocados à margem pela racionalidade econômica dominante. Diante do desenfreado processo de desenvolvimento econômico, os movimentos populares estão abraçando novos valores e questionando a ordem estabelecida (OLIVEIRA(b), 2009).

Dessa forma, os problemas ambientais têm sido enfatizados por movimentos sociais, universidades, partidos políticos e empresas, afirmando uma consciência – cada qual com suas peculiaridades – preocupada com os modos de produção econômica, as formas de trabalho, a utilização dos recursos naturais, a apropriação dos territórios, o processo de urbanização e os meios de transporte, além, é claro, dos modos de consumo. Todavia, presencia-se um cenário de contradições, porque nem todos exercem sua consciência ambiental e ainda predominam-se as atividades predatórias do mercado, da indústria, dos modos de produção com fins estabelecidos unicamente no capital (GIDDENS,1991).

Assim, dentre as diversas consequências da ação humana na natureza destacam-se o aumento da temperatura na terra, resultante do processo de industrialização; o processo de branqueamento das algas marinhas em virtude do próprio aquecimento e da contaminação dos oceanos; a morte de pessoas e espécies responsáveis pelo equilíbrio da fauna e da flora, causada pelos impactos de empresas, em especial as mineradoras; a escassez de chuvas, decorrente do desmatamento em prol do extrativismo da madeira e da criação de gado; o descongelamento das calotas polares relacionado à emissão de gases; o câncer atrelado às radiações ultravioletas; os agrotóxicos usados na agricultura com impacto direto na saúde física dos trabalhadores do campo; a expulsão de povos de seus vilarejos para benefício de empresas hidrelétricas; e o consumismo, capaz de legitimar a produção sem limites para se alcançar a sonhada felicidade de quem vende sua força de trabalho. Milaré (2005) compara o planeta Terra à nossa casa e destaca: “... evidenciam-se sinais de verdadeira crise, isto é, de uma casa suja, insalubre e desarrumada, carente de uma urgente faxina” (MILARÉ, 2005, p. 127).

Nesse contexto, tem sido cada vez mais evidente a ganância, a competição, o individualismo, a depressão, o estresse, a angústia, a aflição, a ansiedade, além das doenças psicossomáticas, como a enxaqueca, a úlcera, o câncer e outras relacionadas a fatores socioeconômicos presentes em regiões marcadas pela precariedade sanitária e insuficientes medidas de prevenção e tratamento de doenças físicas e mentais (LIPOVESTSKY, 2004).

Cabe destacar que sempre houve um desequilíbrio no relacionamento entre o ser humano e o meio ambiente, e não é na contemporaneidade que o lucro e o poder se irrompem de forma inovadora e estipulando suas regras de extração de recursos para alimentar o mercado. A origem da acumulação de recursos remonta as relações do homem com o meio ambiente desde as primeiras sociedades primitivas, culminando na organização de uma sociedade produtora de excedentes, posteriormente sustentada pelo comércio e as indústrias e legitimada pelo Estado (ENGELS, 2000). Todavia, cabe afirmar que na contemporaneidade o sistema capitalista também é alimentado pelo hedonismo, o consumismo, a virtualidade, a moda, o tecnológico, o farmacológico o cientificismo, o efêmero e a rapidez e fluidez das relações humanas (BAUMAN, 2003).

A modernidade, com seu pensamento técnico-científico e sua racionalidade econômica instrumentalizou o ser humano para o processo de transformação de tudo em mercadoria e valores de satisfação instantânea, até a ele mesmo (BAUMAN, 2003). Nesse sentido, o atual cenário coloca em xeque – em virtude dos sintomas provocados pela modernidade com sua racionalidade econômica – a histórica relação do ser humano com o planeta.

Os esforços ao longo de quase 25 anos de negociações, no âmbito do regime internacional, em torno da complexa distribuição das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, que cabem a cada país no esforço de mitigação de emissões, tiveram resultados pouco eficientes até o momento, ainda que não possam ser desprezados (GONÇALVES, REIS, SOUZA, 2017 p 96-97).

Mesmo diante do nascer de uma consciência ambiental em nível global e da elaboração de propostas na perspectiva da sustentabilidade, o planeta ainda é tratado como fonte de riqueza inesgotável, cujos efeitos têm se mostrado irreversíveis. Tal realidade supracitada tem incomodado as diversas áreas do conhecimento a compreenderem a relação sem limites entre ser humano e meio ambiente. Nas palavras de Leff,

A crise ambiental nos leva a interrogar o conhecimento do mundo, a questionar esse projeto epistemológico que buscou a unidade, a uniformidade e a homogeneidade; esse projeto que anuncia um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história; a diferença, a diversidade, a outridade (LEFF, 2009, p.20).

Verifica-se que a crise ambiental tem como elemento fundamental a relação entre ser humano e natureza. A ausência de equilíbrio neste relacionamento acabou resultando, de forma contraditória, na ressignificação do olhar sobre o mundo e na organização social de determinados grupos interessados na questão que envolve a vida de todos os seres vivos. De

acordo com Junges (2001), a consciência ambiental que irrompe com força em todos os quatro cantos do planeta produz uma força universal rica em possibilidades de mudança e capazes de apontar para novos caminhos que assegurem a vida do planeta.

As conferências e fóruns mundiais somadas às iniciativas dos movimentos ambientais com suas reflexões sobre vida no planeta, têm se mostrado insuficientes frente ao modo de produção capitalista e a ideologia neoliberal legitimadora de sua existência. As discussões sobre o meio ambiente, ainda, em plena aurora do século XXI, não preveniram a humanidade de tropeçar em sua racionalidade técnica, científica e econômica. Na relação do *Eu* com a natureza predomina a lógica do consumo, do lucro, do extrativismo predatório e da força de trabalho autodestrutiva sobre a consciência ambiental, levando ao questionamento dessa relação.

3 Considerações sobre o *eu* sua relação com o mundo externo

Segundo Freud ([1923], 1996), o *Eu* é o mediador da conflituosa relação entre *Isso* e *Supereu*. Encontra-se numa posição de defesa frente às experiências desconfortáveis que colocam em risco a suposta inteireza da identidade do sujeito (FREUD, [1923], 1996). Nesse sentido, o *Eu* circunscreve-se como o resultado conflitivo do *Isso* e do *Supereu*, sempre em contato com o mundo externo, adaptando-o e se adaptando em função de suas exigências narcísicas e também das reivindicações do *Isso* e do *Supereu* (FREUD, [1914], 1996).

A formação do *Eu* passa pela experiência do narcisismo, inicialmente o narcisismo primário ligado à criança, organizado a partir do investimento de sua libido em si mesmo; em seguida tem-se o narcisismo secundário, cujo processo dinâmico é pautado no investimento de energia libidinal num objeto que absorve essa mesma energia e retorna ao próprio *Eu* (FREUD, [1914], 1996). Considerando suas diferenças, de modo geral, o narcisismo é reconhecido como uma constância na vida humana durante seu desenvolvimento. Ademais, sua atividade é caracterizada pela identificação do *Eu* aos objetos que preservam a organização de suas pulsões e conservam sua libido, de tal forma que o *Eu* seja seu próprio objeto de amor por intermédio de um objeto externo, e por conseguinte esse mesmo objeto seja totalmente esvaziado de energia libidinal (FREUD, [1914], 1996). O narcisismo consiste no processo de identificação de objetos que se prestam apenas a satisfazer o *Eu* (FREUD, [1914], 1996). Assim como espelhos, os objetos refletem aquilo que o desejo do *Eu* idealiza – com participação do *Supereu* – receber de volta. O *Supereu* tem uma função significativa nesse processo, pois, representa a lei aplicada e sua função é interditar os desejos privando-os de assumirem o controle da

consciência; mais ainda, o *Supereu* é uma instância de poder proveniente de duas principais fases do complexo de Édipo: interdição dos desejos pela figura do pai e a transformação desses investimentos em identificação e interiorização dessas leis.

Por certo, não é apenas a entidade pessoal dos pais que age na influência parental, mas também as tradições de família, raça e povo por eles transmitidas, bem como as exigências do meio social por eles representados. Do mesmo modo, no decorrer de seu desenvolvimento individual, o *Supereu* incorpora contribuições de sucessores e substitutos dos pais, tais como educadores e modelos públicos de honrados ideais da sociedade (FREUD, [1940], 2018 p. 21)

A atuação do *Supereu* perpassa também a via do *Ics* claramente visto nos bloqueios, nos esquecimentos e até no sentimento de culpa causado pelo desejo (FREUD, [1915] 1996). Assim, há uma relação do *Supereu* com o desejo, na medida em que o legitima ou o julga, caso não se enquadre num conjunto de regras e condutas (FREUD, [1923], 1996).

É no desejo que o conflito psíquico se instaura, pois se trata de um movimento em direção ao objeto, não necessariamente físico, mas simbólico, de uma vontade pulsional ligada ao *Ics* e condicionada pelo *Supereu*, em conflito com uma realidade (FREUD, [1923], 1996). O desejo “refere-se “...às primeira vivências de satisfação” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.113) evocadas no presente, em razão da ligação entre a necessidade e “imagem mnésica de uma certa percepção” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.114) figurada no *Ics* e reinvestida de tal maneira que busca retomar a satisfação experienciada no passado (FREUD, [1914], 1996).

A dinâmica do narcisismo se estrutura em função do desejo, e essa mesma dinâmica está para além do terreno sexual; ela se expande para a relação com o mundo externo com intensão de autopreservação do *Eu*, tendo como fim a satisfação prazerosa. Assim, o narcísico direciona energia para aquilo que lhe proporciona prazer e sempre estará a absorver e estancar a libido investida no objeto com a qual se identifica para a unificação do seu *Eu* (FREUD, [1914], 1996).

O narcisismo está diretamente ligado a duas categorias fundamentais de pulsões: de vida e de morte. As pulsões de vida buscam a conservação do *Eu* e a preservação das pulsões sexuais, além da unidade e relação de amor com o outro e o mundo. As pulsões de morte são as relações ligadas a si, ao outro e ao mundo exterior pautadas na repetição de ações (FREUD, [1920], 1996). Tratam-se dos atos que levam o ser humano a “retornar ao estado anorgânico” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 408). As pulsões de morte se apresentam envolvidas em estados de satisfação de forma muito silenciosa, e não como uma marcha estrondosa e escancarada da destruição; todavia, em seu cerne central há a marcante tendência do *Eu* voltar-

se para seu estado anterior, caracterizado pelo narcisismo primário, momento em que o *Eu* torna-se seu próprio ideal de gozo (FREUD, [1914], 1996). Mais ainda, enquanto força desagregadora, as pulsões de morte, concebem o mundo como o palco de tensões cuja única maneira de suprimir as experiências desagradáveis é a recondução do ser humano a um estado inorgânico (FREUD, [1920], 1996). Conforme o narcisismo secundário, na medida em que o *Eu* investe no mundo externo, ele busca uma recompensa satisfatória, engendrando características próprias a sua identidade mutável e constantemente ressignificada; todavia, esse investimento pode se voltar para as pulsões de vida ou de morte.

O narcisismo ligado às pulsões de morte é marcado pela ausência de investimento libidinal nos objetos, e, na contramão do processo, investimento apenas em si mesmo, acarretando em graves problemas nas relações com o outro e com o mundo externo (FREUD, [1920], 1996). Trata-se de um retraimento intimamente atrelado a um sofrimento do *Eu* em seu mundo. Acontece que, quando o *Eu* não estabelece ligação simbólica com o objeto, a pulsão de morte se fixa, e uma vez que o objeto não cumpre sua função de reflexo do ideal do ego, há então um bloqueio que interromperá a satisfação do *Eu* acarretando em angústias, mal-estar, dependências e ausência de sentido (FREUD, [1920], 1996). A formação do *Eu* depende do ideal de ego; mais ainda, a transição do narcisismo primário para o secundário ocorre mediante o desenvolvimento do *Eu* nas suas relações com o mundo (FREUD, [1914], 1996). Assim, é fundamental para o *Eu* alcançar objetivos ligados à cultura, às relações afetivas e tudo que envolve relações simbólicas com o mundo externo.

Nesse sentido, uma vez se constituído, o *Eu* pode direcionar sua libido para si mesmo em razão da presença de elementos psíquicos característicos do narcisismo primário, mas também para objetos que exercerão a função de espelhos que refletirão energia libidinal ao *Eu*, resultante do ideal mediado pelas experiências com o outro e com o mundo. Cabe destacar que o direcionamento da libido será motivado pela economia prazer e desprazer tendo como base a experiência narcísica (FREUD, [1914], 1996).

O *Eu*, no âmbito do narcisismo, dialoga com os estímulos do mundo externo, ora de forma passiva frente ao que lhe proporciona prazer, ora de maneira defensiva frente às situações desprazerosas, assim, possui um caráter identificatório narcisista, tanto com aquilo que lhe atende, quanto a algo a ser repudiado (FREUD, [1914], 1996). Ademais, seu governo consiste no domínio sobre os desejos do *Isso* e na defesa de suas ameaças pulsionais (FREUD, [1930] 2011). Sobretudo, o *Eu* é a unidade de resolução das tensões entre o *Isso* e o *Supereu*, tendo como termômetro a economia prazer e desprazer.

A elevação dessas tensões é, em geral, sentida como desprazer, e seu rebaixamento, como prazer. Entretanto, não é provavelmente a intensidade absoluta dessas tensões dos estímulos que é sentida como prazer e desprazer, mas sim algo no ritmo de sua mudança. O *Eu* anseia por prazer, quer evitar o desprazer. Um aumento esperado e previsto de desprazer é respondido com o sinal de angústia, sua manifestação, seja ela advinda do exterior ou do interior, chama-se perigo (FREUD, [1940] 2018, p.19).

É devidamente correto afirmar que o *Eu* se encontra em permanente conflito, de um lado, sob a pressão exercida pelo *Isso*, do outro, a constante tentativa de adequação às exigências do *Supereu* (FREUD, [1930] 2011). Ademais, o *Eu*, além da tarefa de elaboração narcísica de novas configurações sobre si, se encarrega do processo de estruturação de sentido conferido a si mesmo dialogado com situações do contexto, tendo como mola propulsora as pulsões ligadas à busca pela satisfação de seus desejos (FREUD, [1930] 2011).

Além dos fatores de prazer e desprazer presentes na experiência narcísica do indivíduo, há um conjunto de regras de comportamento e organização social muito bem defendido pelo *Supereu* e que investe o *Eu* de regras morais, ideais de poder e censura de comportamentos pela via do *Ics* (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). Nesse sentido, um sistema que trabalha com a economia do prazer e desprazer, para manter-se preservado, necessita criar por meio das vozes do *Supereu*, ideais de realização humana e censuras às classificadas distorções desses ideais; paradoxalmente insatisfações que reforcem mais ainda a busca por esses ideais – a altos custos para o meio ambiente⁵ – e atender a essa penúria por meio de uma solução para o desprazer instaurado, não de maneira definitiva, mas temporária, efêmera, fugaz e instantânea, para que o ciclo de busca de solução dessas carestias não seja esgotado e o sistema mantenha-se sempre revigorado e intacto.

Nessa perspectiva, quando as leis de restrição às queimadas, ao uso de sacolas plásticas ou à queima de combustíveis fósseis são implementadas, ocorre aí duas manipulações desse conteúdo que são conflitantes e colocam o *Eu* numa crise entre as forças legitimadas pelo discurso da continuidade, e aquelas ligadas às imposições de uma realidade adoecida que convida à ressignificação e construção de novas relações geradoras de vida.

⁵ É importante retomarmos aqui o conceito de Meio Ambiente referido por Enrique Leff em sua obra “Saber Ambiental”(2001) e expostos na primeira seção, enquanto “uma visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural. (LEFF, 2001, p. 33)”

Mais ainda, estamos diante de um contexto que coloca o *Eu* perante a escolha de continuar a atender suas necessidades internas por meio dos tradicionais processos de extração das fontes externas ou de corresponder às suas necessidades internas cuidando de si mesmo no âmbito das relações com todos os seres bióticos e abióticos. Essa mudança lembra a pulsão de vida, porque possibilita os meios de preservação do próprio *Eu* e do planeta. Paradoxalmente, a desordem gerada pela pulsão de morte tem proporcionado a muitos - principalmente ligados aos movimentos sociais e ambientais - experiências fomentadoras de novas formas de relação numa dinâmica para fora do ciclo repetitivo. Cabe lembrar - como já exposto anteriormente - que pulsão de vida e pulsão de morte caminham juntas e ambas geram tensões sobre o *Eu*, de tal maneira que a característica da tensão exercida é reveladora de uma dessas pulsões (FREUD, [1923], 1996).

Essa realidade lembra Garcia-Rosa (2001) em sua análise sobre o *Ics* ao tratar as experiências individuais no âmbito da economia do prazer e desprazer e o processamento mental das mesmas pelo *Supereu*. Enquanto a pulsão de morte tem um caráter repetitivo e autorizado pelo *Supereu*, a pulsão de vida se volta para a construção de uma nova relação do *Eu* consigo mesmo, com o outro e com o mundo externo e entra em choque com o *Supereu*. A energia direcionada à satisfação interna por meio da degradação externa, em razão das negativas consequências para além do prazer, pode ser transformada em energia para a vida, caso o *Eu* realize experiências que afetem o *Ics* e potencialize o *Eu* para uma resignificação de sua relação com o planeta, de tal maneira que novos saberes - preferencialmente simbólicas - emergem dessa experiência. Pois, como afirma Freud ([1923],1996), na consciência nada é durável, porque ela é movida pelas diversas excitações que se alteram, e sua função é prevenir o *Eu* das experiências de desprazer; mas, uma vez que algo afete o *Ics*, novas elaborações podem insurgir frente à realidade atual. É provavelmente essa experiência que muitos militantes engajados em movimentos ambientais tenham sentido e transformado sua forma de atuação no mundo.

4 O dilema contemporâneo da Satisfação X Preservação ambiental

A modernidade instaurou um modelo de organização muito bem apoiado na economia do prazer e desprazer e legitimado pela racionalidade técnica, científica e econômica. Em vista disso, colocou no degrado outras dimensões integrantes da vida humana: a subjetividade, os limites simbólicos das relações de afeto e respeito, o imaginário cultural-religioso com seus mitos fundantes e costumes (LEFF, 2001). Tudo isso se revela mais prejudicial que benéfico;

como algo para além do triunfo do prazer, pois a crise ambiental, como ressalta Leff (2001), tem sido também uma crise da identidade humana em razão da descaracterização do seu *Eu*. Destarte, a ideologia do desenvolvimento e da produção, muito bem estruturada no *Supereu*, gerou um processo de racionalização que deformou o *Eu* conforme explícito em “O Mal-estar na civilização” (FREUD, [1930], 2011). Nesse contexto, a atual crise ambiental que se faz presente no século XXI é reflexo da busca pelo prazer e pela conexão entre a pulsão de morte e o *Supereu*, cujo resultado tem sido o impacto ambiental com reflexos no próprio indivíduo.

Como a pulsão de morte e a pulsão de vida não são instâncias isoladas, mas fusionadas (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001), o atual contexto tem provocado a mobilização de muitas pessoas em prol da natureza e também o questionamento acerca dos limites no processo de exploração dos recursos naturais. Mesmo assim, a ação humana sobre a natureza tem sido cada vez mais tirânica e legitimada pela racionalidade técnica e econômica. Soma-se a isso, a maquinação de uma falsa e ardilosa estruturação do *Eu* “como autônomo, unitário, bem demarcado de tudo o mais” (FREUD, [1930], 2001, p. 9). Trata-se da ação humana apegada aos interesses econômicos e responsável pelo corrompimento de povos e culturas, cuja pulsão tem sido para a morte. Nas palavras de Leff (2001):

Pois o que o encontro da psicanálise com o saber ambiental descobre não é uma essência autodestrutiva do ser humano, mas como sua pulsão para uma verdade impossível de alcançar o lançou a uma epopeia científica para dominar a natureza, transferir seu insaciável desejo à ordem do econômico, para um horizonte ilimitado de crescimento que lhe é vedado na ordem da cultura pela lei de proibição do incesto. E é neste rodeio que o mal-estar da cultura se converte num processo destruidor da vida e da natureza (LEFF, 2001, p.190)

E assim tem sido a relação do *Eu* com a natureza: de constante confronto e sujeição dos recursos naturais ao seu ideal de prazer, culminando assim na formação de “um puro *Eu*-de-prazer, ao qual se opõe um desconhecido, ameaçador fora.” (FREUD, [1930], 2001, p. 10). Essa relação também é pautada na demolição das relações simbólicas de limite que povos indígenas, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas e demais culturas mantêm há séculos com a natureza e tem sido gradativamente destruídas pela racionalidade moderna, legitimando um processo devastador da vida em toda a sua dimensão; e isto ocorre porque muitas sensações de desprazer legitimadas pelos discursos predominantes não se resolvem com procedimentos de intervenção no mundo externo, mas interno, pautados na amplitude das referências e identificações, evitando assim as repetições de ações que levam à morte e preservando o *Eu* enquanto parte integrante do mundo e em constante ressignificação a partir de sua experiência com o mundo.

A atual crise ambiental tem como uma de suas raízes a extração de recursos e sua transformação em produtos direcionados a resolver o descontentamento do *Eu* dentro de uma estrutura onde nada é o bastante ao ponto de resolver o vazio causado pela frustração e a culpa de não se alcançar modelos ideais de vida e cultura. Essa reflexão supracitada é muito semelhante à seguinte ideia de Freud:

Os homens estão orgulhosos dessas realizações, e têm direito a isso. Mas eles parecem haver notado que esta recém-adquirida disposição de espaço e de tempo, esta submissão das forças naturais, concretização de um anseio milenar, não elevou o grau de satisfação prazerosa que esperam da vida, não os fez se sentirem mais felizes. Dessa constatação deveríamos concluir apenas que o poder sobre a natureza não é a condição única da felicidade humana, assim como não é o único objetivo dos esforços culturais, e não que os progressos da técnica não tenha valor nenhum para a economia de nossa felicidade. (FREUD, [1930] 2011, p. 32)

De fato o progresso tecnológico e científico tem seu mérito na sociedade; afinal não estamos dispostos a esfregar um graveto no outro para obter fogo, muito menos apelar para a magia ou realizar oferendas para a obtenção da cura de um câncer. Todavia, o que estamos trazendo ao bojo do presente texto é a discussão a respeito da continuidade de uma arquitetura elaborada a partir da rogação da pulsão de morte que pode levar a raça humana ao retorno do inanimado. A experiência do discurso do prazer tem gerado um preço alto que já começamos a pagar e se revela, na contemporaneidade, estéril e carregado de desventuras e catástrofes. Mais ainda, o paradigma do mundo atual se apoia na canalização dos desejos internos a objetos que tendem a construir indivíduos socialmente encaixados em categorias de trabalho, cultura, sexualidade e demais relações submetidas a uma lógica econômica e consumista que alimenta um modelo narcísico de vida artificial e inalcançável em virtude de seu ciclo repetitivo, além da convergência das pulsões de vida em pulsões destrutivas e sem limites dirigidas contra a natureza (LEFF, 2001). A maneira como o *Eu* se relaciona com seu meio ambiente é de transferência de seus desejos para a ordem do econômico tendo a natureza como fonte desses recursos (LEFF, 2001).

O *Eu* encontra-se envolvido em formas repetitivas de exploração da natureza e alimentados pela pulsão de morte que viola qualquer lei simbólica que proíba a relação espúria e nutrida pela busca do gozo ideal defendido pelo *Supereu*. Exemplos disso são as repetitivas catástrofes ambientais e a continuidade do uso dos mesmos meios de produção; e mesmo fazendo uso do discurso ambiental objetivam uma economia de mercado em torno do lucro sem interrupção, sem levar em conta ao menos uma reformulação dos modos de produção.

Cabe destacar que a sociedade moderna se estruturou sob a concordância de um narcisismo banhado pela pulsão de morte. Assim, o narcisismo do *Eu* está ligado à questão ambiental em razão da incessante busca de satisfação prazerosa alcançada por meio da extração de recursos para solucionar o vazio engendrado pela própria modernidade. A tentativa de auto preservação por meio da capitalização da vida, da cultura e da natureza apenas gera um ciclo repetitivo, viciante e agravador dos problemas ambientais (LEFF, 2001).

O narcisismo se expande para a relação com o mundo externo com intenção de autopreservação do *Eu*, tendo como fim a satisfação prazerosa e a absorção da libido investida no objeto. Todavia, no contexto de uma sociedade que tem como lei o progresso infundável, funda-se a necessidade para objetos e bens de serviço que apenas agravam no *Eu* os sintomas de solidão, desamparo, ansiedade, depressão, dependência e culto ao inalcançável, frustrante e repetitivo (LASCH, 1983).

Com isso, é possível constatar que o *Eu* é governado por desejos e pulsões que influenciam sua vida e determinam sua vontade, sem que ele mesmo, em muitas situações, tenha conhecimento momentâneo dessas determinações. Todavia, elas foram, outrora, introjetadas na forma de regras de conduta, comportamentos morais e hábitos de vida que atualmente não podemos dizer se correspondem a um princípio de prazer em razão da dependência causada. É importante reafirmar que há uma força maior para “além do princípio de prazer”, a pulsão de morte, pautada na repetição dos atos e legitimada pelo *Supereu*, assim, impedindo a transformação do *Eu* e o conduzindo gradativamente ao estado inanimado (FREUD, [1920], 1996). Trata-se de uma experiência desprazerosa, mas tornada como basilar para o sistema, pois sua mudança acarretaria num desmoronamento da sociedade e da própria estrutura psíquica do *Eu*. Assim, o *Eu* opta por suportar a carga do sistema, com seus meios de produção, de maneira desprazerosa, mas necessária para se evitar o desmoronamento de si mesmo e da sociedade. Portanto, continuar com o tradicional ciclo de exploração dos recursos naturais significa manter preservado um ideal de *Eu* inalcançável e patológico: científico, racional e tecnológico. Essa reflexão lembra Freud quando afirma:

Os homens estão orgulhosos dessas realizações, e têm direito a isso. Mas eles parecem haver notado que esta recém-adquirida disposição de espaço e de tempo, esta submissão das forças naturais, concretização de um anseio milenar, não elevou o grau de satisfação prazerosa que esperam da vida, não os fez se sentirem mais felizes (FREUD [1930], 2011p. 32).

Mesmo diante do progresso, há uma insatisfação dos “homens”, mas maquiada pela ilusão da racionalidade civilizacional e das conquistas técnicas, científicas e mercadológicas.

Portanto, no cenário de crise ambiental, o *Eu* é condicionado pela economia prazer e desprazer, mas também por um ciclo repetitivo permeado pelo *Supereu* com suas interdições encarnadas em leis e ideais incisivamente determinantes e que proíbe qualquer transgressão (FREUD, [1923], 1996). Contudo, não podemos deixar de reconhecer que as atitudes em busca do prazer são também decisivas em situações quando o desejo é mais forte que o discurso racional (GARCIA-ROSA, 2011). A partir dessa análise temos uma consciência a mercê de forças psíquicas deliberativas e ao mesmo tempo pulsionais, ora conflitantes, ora acordadas.

Como dito antes, a relação do *Eu* com o planeta tem se mostrado agressiva, e essa ideia nos remete à conversa estabelecida entre Freud e Einstein sobre a guerra em 1933. Em síntese esse diálogo foi resultante de um pedido do Instituto para Cooperação Intelectual, criado pela Liga das Nações a Einstein, para que escolhesse alguém para tratar das razões da guerra. Einstein então escolheu Freud e ambos pensaram sobre os meios de eliminá-la com foco na manutenção da sociedade civilizada. Além de pontos políticos tratados nesse diálogo, como a renúncia da soberania em favor da paz e da segurança mundial, Freud adentrou a esfera da subjetividade. Nesse sentido, um dos aspectos mencionados por Freud ([1933], 1976) foi a mudança do termo “poder” pelo de “violência”, mostrando que o campo das leis e da violência estão muito entrelaçadas na forma como atuam; mais ainda, que as leis responsáveis pela sociedade moderna são resultantes de um processo de passagem de uma forma rudimentar de violência para outra sofisticada (FREUD [1933]). Nesse sentido, o conjunto de leis que adentram todos os âmbitos da vida humana seria a continuidade da agressividade, mas por outra via, numa nova roupagem para frear a relação de destruição do *Eu* quando essa se revelar economicamente prejudicial à sociedade, ou para legitimar essa mesma relação quando essa se mostrar rentavelmente vantajosa. As afirmativas de Freud se aproximam do atual contexto de crise ambiental, quando as leis de exploração dos recursos naturais apenas são uma nova roupagem das manifestações violentas da racionalidade política, econômica, tecnológica e científica.

Todavia, em razão dos efeitos dessa violência com a natureza é que indagações sobre o sistema começaram a germinar no globo, e possibilidades de novas experiências poderão amenizar os violentos impactos resultantes das pulsões destinadas aos objetos externos, estabelecendo limites simbólicos alicerçados em novos hábitos relacionais diferenciados ao posto e legitimado pela racionalidade (LEFF, 2001). Além do mais, assim como na guerra, as nações teriam que abrir mão de sua soberania industrial em favor da preservação ambiental, questão cuja pertinência está longe de ser superada ainda hoje.

A sociedade moderna instaurou uma forma de violência sob a máscara do desenvolvimento inquestionável pela humanidade, a não ser quando as implicações dessa violência foram se manifestando generalizadamente. Ainda há uma confiança excessiva na sociedade moderna para a resolução de todas as inquietações humanas. A crise ambiental é o efeito desse demasiado sentimento de confiança desligado da ética e dos limites simbólicos fundamentais para a amenização da ação humana no planeta. Como disse Freud ([1930], 2011), a sociedade moderna trouxe ganhos, mas houve também perdas, principalmente quando foi se idealizando um modelo definitivo que resolveria todos os problemas.

5 Conclusão

A atual crise ambiental tem suas raízes na forma como a sociedade moderna se estruturou principalmente a partir da revolução industrial. Ela se liga às experiências no âmbito do social, do político, do econômico, do cultural e do psíquico. Então, há uma complexidade de fatores, em que a psicanálise vem a somar-se com os demais saberes ambientais.

O problema ambiental ganhou uma dimensão mundial, pois muitos cientistas, políticos, ambientalistas, técnicos, órgãos, entidades sociais e religiosas constataram que a Terra encontra-se num acelerado processo de degradação em função do modelo socioeconômico adotado, e agora, com o mundo globalizado, alcançou seu ápice.

Vivenciamos um momento marcado por uma nova consciência amarrada à responsabilidade humana de cuidar da Terra. A consciência ambiental convida o ser humano, em sua morada comum, a uma posição de membro e não de dono. Essa consciência, numa perspectiva sociológica, filosófica, política, teológica, ambiental e psíquica vem dizer que o ser humano enquanto ser pensante não tem o direito de se colocar acima de tudo e de todos a ponto de apoderar-se da natureza como mercadoria da qual se dispõe a seu prazer.

Não obstante, na perspectiva psicanalítica, o acelerado processo de degradação ambiental é também reflexo de uma relação de busca pelo prazer mediada pelas leis do consumo, da moda, dos padrões de comportamento, do bem estar, que mesmo gerando ideais de vida inalcançáveis e sintomas psíquicos e físicos como a angústia, o estresse, a depressão, a ansiedade e doenças físicas.

A consciência ambiental no planeta ainda tem se mostrado frágil em relação à vida social, cultural, política e econômica das diversas sociedades. Com exceção de grupos, entidades e movimentos sociais que se organizam no intuito de garantir a sobrevivência do

planeta, essa consciência se manifesta de maneira sólida e vívida, provavelmente em virtude da experiência realizada com a terra, a água, a mata, os animais e tudo que gira em torno da vida.

Fica claro que a instância do *Eu* busca a satisfação por meio da identificação de um modelo de sociedade adoecedora. Uma vez que a pulsão de morte é também destinada para fora com foco nos recursos naturais, há de fato um movimento humano no sentido de eliminar o desprazer interno por meio da obtenção de objetos culminando numa pseudo-experiência de satisfação, mas que é fugaz, alienante, ilusória, volátil e líquida para lembrarmos de Bauman.

Assim, quanto mais o *Eu* se volta predominantemente para a obtenção de objetos externos para se preservar, mais se acelera o processo de degradação do planeta. Destarte, uma vez que esse *Eu* não experienciou outras maneiras de lidar com suas questões psíquicas, temos então uma sociedade que é a garantia de sua “preservação” e conservação contra qualquer discurso capaz de desencadear uma mudança nessa relação com o mundo externo ou de proporcionar um mínimo de desconforto e indignação. Não obstante, geradora de um mal-estar psíquico ligado à dependência aos arcaicos modos de produção econômico, à desumana força de trabalho, ao avassalador mercado e aos padrões de vida exigidos pela ideologia neoliberal.

O desejo do *Eu* de tornar-se civilizado acarretou na troca de outras possibilidades de relacionamento com o planeta por uma que lhe garantisse uma pseudo-segurança frente às inquietações ligadas a si mesmo, ao outro e ao mundo. Especificamente na relação do *Eu* com o mundo externo a humanidade se depara com os reflexos resultantes da degradação ambiental.

Mesmo alcançando um grau de satisfação por meio da dominação e consequente exploração da natureza, há uma insatisfação somada à culpa pelas catástrofes no planeta. Todavia, a estrutura da sociedade é preservada para que as pessoas não se matem ou não morram pelo fato de não darem conta de suas dores, suas angústias e desejos, mas tomadas por mal-estar.

O atual contexto coloca em xeque a cega convicção da humanidade no desenvolvimento com suas formas de domesticar, dominar, controlar e sujeitar o imprevisível e o incomensurável poder da natureza. Dessa maneira boa parte da humanidade já se depara com um sofrimento oriundo do desgaste do planeta, cuja possível solução seria interromper esse ciclo pulsional de morte que se volta contra o próprio *Eu*.

Por fim, não é possível encontrar por meio dos estudos de Freud as origens da relação destrutiva do ser humano sobre a natureza, pois a forma como Freud compreende o *Eu* é de nuances de diversidade, desproporção, diferenças, mudanças e modificações, mostrando que não estamos tratando de dois espaços distintos: ser humano e planeta. Estamos de fato tratando

da experiência individual e relacional entre o *Eu* e o mundo externo com as primordiais experiências que lhe conferem uma marca na individualidade com suas relações. Cada experiência é incisiva no psiquismo e terminam repercutindo nas ações. Assim caso a experiência primordial é cerceada pelo confronto da modernidade com a natureza ela será influente nas posteriores relações do *Eu* com o planeta.

A perspectiva psicanalítica permite uma abordagem acerca do sofrimento psíquico com seus sintomas possibilitando reflexões e estudos sobre o narcisismo, a pulsão de morte, a experiência, e até mesmo os tropeços e encalhes gerados pela política, a sociedade e a economia enquanto instrumento a somar-se a outras contribuições que objetivam uma nova ressignificação da relação humanidade e planeta. Ademais, possibilita a elaboração de um conhecimento envolvendo a subjetividade humana nas relações com o meio ambiente. O contexto ambiental nos coloca em questionamento sobre os limites simbólicos com a natureza, o sentido das experiências desde a infância, o repetitivo uso dos tradicionais meio de produção, da busca incessante de um ideal de prazer e para além do prazer. O olhar da psicanálise para a natureza ainda é uma empreitada arriscada, mas com importantes contribuições para o saber ambiental, pois envolve o estudo sobre a forma como os sintomas da relação *Eu* e mundo externo são tratados.

Nessa ótica, a crise ambiental também é resultante dos modos de produção existentes, principalmente em virtude da maneira como a humanidade, num ciclo de repetição, dependência, obsessão e compulsão por uma vida enriquecida, negou os limites da relação com a natureza e instaurou uma conexão movida pelas pulsões de morte. Essa, conforme sinalizada nesse estudo está enraizada no *Ics* humano de forma latente e dinâmica, não se manifestando tanto no discurso estardalhado, mas na ação dirigida à sujeição de tudo para ideais propagados pela modernidade.

O *Eu*, dentro do contexto da modernidade, é motivado à busca de intensos momentos de prazer em tempo real, independentemente dos resultados causados, pois no cerne desse narcisismo há um sentimento de descontentamento e frustração resultante da artificialidade e preservação de um estado interior imaturo. Há também a assimetria entre aquilo que se revela consciente e as forças inconscientes e isto evidencia o quanto as pulsões inconscientes, mesmo guiadas pelo *Supereu* condicionam o comportamento humano.

Podemos também constatar que há de fato desejos ligados a ideais jamais alcançados e uma empreitada econômica e técnica direcionada ao controle da natureza com foco no infindável desenvolvimento. Assim, o comportamento humano é reflexo da experiência

narcísica vivenciada a partir da elaboração racional, técnica e científica da ação, com desígnio ao prazer, contudo direcionado por uma lógica de progresso superegoica que não permite novas experiências e saberes.

Posto isso, a consciência ambiental não se estrutura por meio de uma receita oficial de projetos, relatórios, estatísticas e noticiários de crises a serem seguidos. O reconhecimento da realidade exterior com todas as suas nuances ambientais não garante a realização do desejo de preservar a natureza, pois a percepção externa nunca oferece exatamente uma alternativa ao ciclo repetitivo da ação humana legitimado pelo *Supereu* num passado remoto. Isso mostra a divergência entre a experiência do passado, acolhida e defendida em choque com novas experiências no presente, também sentidas, acolhidas e defendidas, mas por poucos grupos, movimentos e pessoas tomados por um mal-estar.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **A COP15**: apontamentos de campo. *Estud. av.* vol.24 no.68 São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100011. Acesso: 16/03/2019

ALESSI, Gil. **Três anos depois, vítimas de Mariana ainda esperam ter casas reconstruídas**: Tragédia da barragem do Fundão, em Mariana, deixou 19 mortos e danos socioambientais incalculáveis. *Revista El país*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/25/politica/1548443780_104893.html. Acesso 05/08/2019

ALONSO, Alexandre Motta. **Sociologia Ambiental**: modernização ecológica e desenvolvimento Sustentável. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2016.

AMARAL, Sergio Pinto; MARCHEZI, Roberta da Silva Monteiro. **O Protocolo de Quioto e o mecanismo de desenvolvimento limpo** – mdl conceito e uso do mdl no mundo e no brasil *eGesta*, v. 4, n. 1, jan.-mar./2008, p. 94-123. Disponível em: <https://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/140.pdf>. Acesso, 07/05/2019.

AULANGNIER, Piera. **A violência da interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Ecologia e consciência planetária como paradigma teológico. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar (ORGS). **Consciência planetária e religião**: desafios para o século XXI. São Paulo: Paulinas, 2009.

BARCELLOS, Gilsa Helena. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. In: HISSA, Cássio Eduardo (Org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 109-123.

BASTOS, Angélica; ROTSTEIN, Eduardo Rotstein. **A concepção freudiana de experiência**. *Psic.: Teor. e Pesq.* vol.27 no.3 Brasília July/Sept. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722011000300013. Acesso: 24/09/2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 258p.

BOFF, Leonardo. A Carta da Terra e a consciência planetária: um olhar “de dentro”. In: **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI**. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar de (Orgs). São Paulo: Paulinas, 2009. p. 15-27.

_____. **Do iceberg à arca de Noé: o nascimento de uma ética planetária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Ética da vida**. 2. ed. Brasília: Letra Viva, 2000.

_____. **Princípio – Terra: a volta à Terra como pátria comum**. São Paulo: Ática, 1995.

BONDIÁ, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19ano2002.pdf>. Acesso: 06/07/2019.

CARVALHO, Edgard de Assis. **A ética da vida**. Eccos Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo: v.2 n.1, jun. 2000, p. 19-26. Disponível em: <http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=184&path%5B%5D=199>. Acesso: 14/05/2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. RJ: Bertrand Brasil, 2000.

FREUD, Sigmund. **Obras completas de Sigmund Freud. Projeto para uma psicologia científica [1895]**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Obras completas de Sigmund Freud. A interpretação dos sonhos [1900]**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade [1905]**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

_____. **Obras completas de Sigmund Freud. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. (1911)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Obras completas de Sigmund Freud. Sobre o narcisismo: uma introdução [1914]**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A História do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. O inconsciente [1915]**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Obras completas de Sigmund Freud. Além do princípio do prazer [1920]**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos** [1921]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Obras completas de Sigmund Freud. **O Ego e o Id.** [1923]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O mal estar na Civilização**[1930]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Por que a guerra?** [1933], In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol XXII, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Compêndio de Psicanálise e outros escritos inacabados** [1940]. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S.; BULLIT, W. **Thomas Woodrow Wilson: um estudo psicológico** [1966]. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GARCIA-ROSA, Luiz Alfredo. **Artigos de metapsicologia, 1914-1917: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. **Introdução à metapsicologia freudiana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 5ªed, v.1, 2001.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: atual, 1998.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes; REIS, Fernando Cardozo Fernandes; SOUZA, Luciano Pereira de. **Acordo de Paris: reflexões e desafios para o regime internacional de mudanças climáticas.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.14 n.29 p.81-99 Mai./Ago. de 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Fabio/Downloads/996-3942-2-PB.pdf. Acesso: 11/05/2019

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JUNGES, José Roque. **Ecologia e criação: resposta cristã à crise ambiental.** São Paulo: Loyola, 2001.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo.** Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001b.

_____. (coord). **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIPOVESTSKY, Gilles. **Metamorfose da cultural liberal: ética, mídia e empresa.** Porto Alegre: Sulina, 2004. 88p.

LYRA, Carlos Eduardo de Sousa. **O inconsciente e a consciência: da psicanálise à neurociência.** PSICOL. USP, São Paulo, jul./set. 2007, 18(3), 55-73. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v18n3/v18n3a04.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MERANI, A. L. **Psicologia e Alienação.** 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1977.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente.** 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/2726/1/A-Crise-Ambiental/pagina1.html#ixzz0w9SGD93A>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania.** São Paulo: moderna, 2005.

Muito Além do Peso. Direção: Estela Renner. Rio de Janeiro: Maria Farinha Filmes, 2012. 1 documentário (84min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UGe5GiHCT4>. Acesso: 25/08/2019.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical. **Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.** Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 383p.

NOVAES, Washington. **Eco-92: avanços e interrogações.** Scielo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Estud. av. vol.6 no.15 São Paulo May/Aug. 1992, p. 79-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a05.pdf>. Acesso: 11/05/2019.

OLIVEIRA, André Soares. **A Liderança dos Países Desenvolvidos no Acordo de Paris: reflexões sobre a estratégia do Naming and Shaming dentro do Balanço-Global.** Sequência (Florianópolis) no.81 Florianópolis Jan./Apr. 2009 Epub June 03, 2009a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2019v40n81p155>. Acesso: 18/08/2019.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar de (Orgs). **Consciência Planetária e Religião: desafios para o século XXI.** São Paulo: Paulinas, 2009b. p. 141-161.

_____. A Carta da Terra e a consciência planetária: um olhar “de fora”. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar de (Orgs). **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI.** São Paulo: Paulinas, 2009c. p. 29-42.

_____. Consciência planetária, ecossocialismo e cristianismo. In: SOTER (Org.). **Sustentabilidade da vida e espiritualidade.** São Paulo: Paulinas/Soter, 2008. p. 63-87.

PAIVA, Márcio Antônio. Ecologia e consciência planetária como paradigma teológico. In: **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI.** In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar (ORGS). **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI.** São Paulo: Paulinas, 2009.

PARKER G., Cristián. Consciência planetária e o caminho para novos paradigmas cidadãos: a incidência da religião. In: PASSOS, Mauro. **Diálogos cruzados: religião, história e construção social.** Belo Horizonte: Argumentum, 2010. p. 29-60.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. **A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente.** Revista Direitos Fundamentais e Democracia. Vol. 6 (2009); ISSN 1982-0496. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/18-19-1-pb.pdf>. Acesso: 10/05/2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. In: SADER, Emir. (Org.). **Os porquês da desordem mundial.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.